

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 78Data: 09.10.82

Pg.: _____

**Pataxós: a
denúncia dos
antropólogos**

Notícias de que a Funai abandonou os índios pataxós que permanecem na reserva do Paraguaçu-Caramuru, no Sul da Bahia, levaram o presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Gilberto Velho, e professores da USP, Unicamp e PUC a se reunirem ontem na Universidade de São Paulo para denunciar um possível massacre dos 110 índios, entre os quais 70 crianças, que não acataram a determinação da Funai de abandonar suas terras.

"Depois de apoiar, no começo do ano, a entrega da terra aos índios, a Funai recuou em sua posição, admitindo transferir os índios enquanto entra com uma ação judicial a seu favor", disse Velho. "Entendemos que a Funai recue diante de poderosas pressões de grupos de interesse, mas nos surpreende estar pressionando indevidamente, através de coerção, estes índios que apenas querem permanecer em suas terras".

A briga pelas terras do Sul da Bahia é muito antiga. Os fazendeiros de cacau se estabeleceram na região expulsando os índios de suas terras. Em 1926, o governo baiano delimitou uma reserva para os índios de 50 léguas quadradas, liberando o resto para os fazendeiros. No entanto, devido a pressões, esta área foi reduzida para 36 mil hectares em 1936, passando a haver arrendamento da terra dos índios a fazendeiros — que em 1957 receberam os títulos de proprietários desta área, apesar de pertencer à União.

O acesso à reserva de Paraguaçu-Caramuru está proibido e a Associação Brasileira de Antropologia tenta conseguir junto à Funai autorização para que uma comissão de antropólogos entre na área para verificar qual a real situação dos índios que ainda resistem à transferência. Um representante da Cruz Vermelha Internacional visitou os Pataxós, mas apenas os 300 que estão em Almada.

Caiapó

Em Brasília, a presidência da Fundação Nacional do Índio recusou-se, ontem, a comentar a pretensão dos índios cricretum caiapó de dar prosseguimento a um acordo firmado com a empresa mineradora Stano para exploração de uma lavra de ouro situada dentro da reserva indígena, no sul do Pará. Segundo o proprietário da empresa, José Lino Cipriano, a determinação da Funai de manter a ação anulatória que impetrou na Justiça de Belém esconde o desejo de que a lavra venha a ser explorada por uma empresa estatal.

O cacique Pombo, da tribo cricretum, que manteve encontro ontem pela manhã com o coronel Paulo Moreira Leal, presidente da Funai, manifestou seu desejo de manter o acordo, que está dando rendimentos à sua tribo estimados em cerca de CR\$ 750 mil mensais.